

## Moro diz que sã³ soube de grampo em escritÃ³rio em notÃcia da ConJur

De nada adiantaram os dois ofÃcios enviados pela TelefÃnica em fevereiro e marÃo ao juiz Sergio Moro informando que ele havia autorizado a interceptaÃo do telefone central do escritÃrio Teixeira, Martins e Advogados. O responsÃvel pelos processos da operaÃo “lava jato” em Curitiba enviou um novo documento ao Supremo Tribunal Federal dizendo que a informaÃo s³ foi notada por ele depois que [reportagens da ConJur](#) apontaram o problema.

Em um [ofÃcio](#) que chegou ao STF nesta terÃa-feira (5/4), Moro dÃ explicaÃes por ter dito ao Supremo, no dia 29 de marÃo, que nÃo sabia dos grampos no ramal central do escritÃrio. Dois dias depois de o juiz se manifestar sobre o assunto, reportagem da revista eletrÃnica **Consultor JurÃdico** mostrou que dois ofÃcios enviados pela operadora de telefonia à 13ª Vara Federal de Curitiba, no dia [23 de fevereiro](#) (quando foram determinados os grampos) e no dia [7 de marÃo](#) (quando foram prorrogadas as escutas), deixam claro que um dos telefones grampeados pertence à banca de advocacia.

ReproduÃo



Grampo em escritÃrio “nÃo foi percebido” at³ a publicaÃo das notÃcias, diz Sergio Moro.  
ReproduÃo

Agora, Moro diz que a informaÃo “nÃo foi percebida pelo JuÃzo ou pela Secretaria do JuÃzo at³ as referidas notÃcias extravagantes” — sem citar nominalmente a **ConJur**, primeiro veÃculo a noticiar o problema. O juiz explica que um ofÃcio da operadora foi juntado aos autos em 11 de marÃo e os autos seguiram conclusos ao juÃzo no dia 15 de marÃo, “jÃ para a interrupÃo das interceptaÃes, ordenada imediatamente em seguida”.

O responsÃvel pelos processos da “lava jato” em Curitiba confirma que o Minist³rio P³blico Federal indicou o n³mero do escritÃrio de advocacia como se fosse de uma empresa do ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. Moro diz que a autorização concedida por ele “tinha por pressuposto que o terminal era titularizado pela empresa do ex-presidente e não pelo escritório de advocacia, tanto que na decisão judicial de autorização foi ele relacionada à Lils Palestras”, diz o ofício.

Em resposta à **ConJur**, o MPF afirmou que o número [foi listado no pedido por engano](#). O resultado foi que conversas de todos os 25 advogados do escritório com pelo menos 300 clientes foram grampeadas, além de telefonemas de empregados e estagiários da banca. Levando em conta a fatura telefônica do Teixeira, Martins e Advogados, é possível concluir que ao menos 100 horas de conversas estão arquivadas no sistema Guardião do MPF. O sistema não intercepta, mas organiza e armazena os dados e conversas dos grampos, permitindo inclusive o cruzamento de dados por hora, dia e até pela voz do alvo.

No ofício enviado nesta terça ao STF, o juiz Sergio Fernando Moro diz que não há diálogos interceptados a partir do telefone do escritório nos relatórios de interceptação da Polícia Federal, com a seleção dos áudios relevantes. Ele diz também que, se houve interceptação de diálogos do terminal, “o resultado deve estar no DVD encaminhado a esta Suprema Corte através do ofício 70001744026, não tendo este juízo condições de verificar o fato já que não dispõe de cópia”.

Dois parágrafos depois de dizer que não tem acesso aos áudios, no entanto, Moro afirma que a informação de que ele teria autorizado a interceptação de dezenas de advogados por meio do terminal da banca “não corresponde ao efetivamente ocorrido, sequer havendo notícia de qualquer diálogo interceptado de fato no referido terminal”.

### **Advogado ou investigado**

O advogado Roberto Teixeira, um dos sócios do Teixeira, Martins e Advogados e que teve o seu celular interceptado com a autorização de Moro, é conhecido como advogado de Lula desde os anos 1980. No entanto, Moro diz, na decisão que autorizou a quebra do sigilo: “Não identifiquei com clareza relação cliente/advogado a ser preservada entre o ex-presidente e referida pessoa [Roberto Teixeira]”. Como exemplo, o juiz aponta que ele não está listado como advogado em um dos processos de Lula na Justiça Federal do Paraná, ignorando o fato de constar na mesma ação o nome do advogado Cristiano Zanin Martins, sócio de Teixeira no escritório.

Moro já disse também ao Supremo que Teixeira é investigado na “lava jato”. A questão é polêmica, uma vez que o advogado afirma nunca ter sido informado sobre qualquer investigação contra ele. Inclusive, no dia em que o ex-presidente Lula [foi levado coercitivamente](#) pela Polícia Federal para depor, o advogado perguntou ao delegado Luciano Flores de Lima se ele também estava sendo investigado. A resposta foi clara: não.

### **Precedente perigoso**

Em nota, o escritório Teixeira, Martins e Advogados diz que a interceptação telefônica de advogados constituídos por pessoa que sofre persecução penal por parte do Estado “é um dos mais graves atentados ao Estado Democrático de Direito”. A situação, dizem os advogados, mostra “clara violação à garantia constitucional da ampla defesa e, ainda, da inviolabilidade das comunicações telefônicas entre cliente e advogado, assegurada por lei”.

A nota lembra ainda que o Brasil foi condenado em 2013 pela Corte Internacional de Direitos Humanos



(caso Escher VS. Brazil) porque autoridades do Paraná "fizeram interceptação telefônica de advogados e divulgaram o teor desse material — de forma análoga ao que fez o juiz Sérgio Moro em relação aos advogados do ex-presidente Lula".

Clique [aqui](#) para ler o ofício de Moro ao STF.

Clique [aqui](#) para ler a nota do escritório.